

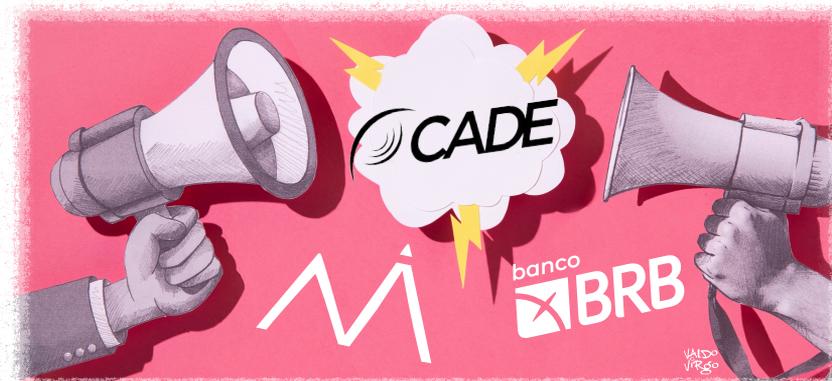
COMPRA DO BANCO MASTER PELO BRB

DECISÃO DO CADE É CRITICADA PELO SINDICATO

O Sindicato contesta a decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que aprovou, sem restrições, a aquisição do Banco Master pelo BRB. Isso porque a medida ignora riscos financeiros, institucionais e sociais associados à operação, uma vez que o BRB é um banco público, patrimônio do povo do Distrito Federal, e não uma instituição privada comum.

Embora o Cade tenha considerado que a operação não compromete a livre concorrência, o Sindicato critica a análise restrita aos aspectos concorrenciais, desconsiderando os impactos sistêmicos da fusão. Um dos principais pontos de preocupação é a carteira do Banco Master, composta majoritariamente por ativos de baixa liquidez, como precatórios. A transferência desses ativos ao BRB pode comprometer sua solidez, enquanto os antigos controladores do Master mantêm influência sobre os ativos, sem assumir os passivos.

Outro aspecto criticado é a estrutura da operação, que criou o chamado "Grupo Carved-Out", tratado como independente pelo Cade, mas que, na prática, mantém vínculos com os vendedores. A entidade sindi-



cal também questiona a ausência de debate público e a falta de envio da proposta à Câmara Legislativa do DF, o que fere princípios de governança e transparência, especialmente em se tratando de um banco público.

O Sindicato não se opõe ao crescimento do BRB, mas sim à forma como a expansão está sendo conduzida, sem diálogo com a sociedade e com aparente favorecimento a interesses privados. E reforça, ainda, seu compromisso com a defesa do banco enquanto instituição pública e faz um apelo aos órgãos de controle para que atuem diante dos riscos envolvidos, evitando que o BRB seja fragilizado por uma operação conduzida sem os devidos cuidados.

CÂMARA LEGISLATIVA IGNORA DEBATE E SE OMITE

A Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) decidiu não exigir análise prévia para a compra do Banco Master pelo BRB, permitindo que uma operação de R\$ 2 bilhões, com recursos públicos, ocorra sem debate ou aprovação legislativa. A decisão, formalizada pelo presidente Wellington Luiz (MDB), foi tomada após reunião com líderes, mas a omissão coletiva diante de um negócio tão relevante é vista como uma falha grave do Legislativo.

O Tribunal de Justiça do DF já havia liberado a operação, derrubando uma liminar que impedia o contrato, com base no argumento de que a compra de ações não configura aquisição de controle, dispensando a aprovação da CLDF. No entanto, o Ministério Público do DF questionou a falta de uma lei específica ou autorização legislativa, destacando os riscos da transação.

A interpretação jurídica desconsidera o caráter público do BRB e os possíveis impactos no patrimônio do DF. A operação não é apenas uma questão societária, mas envolve responsabilidade com recursos públicos e transparência na gestão de um banco estatal. A CLDF, ao se abster do debate, enfraquece seu papel fiscalizador e permite que decisões bilionárias ocorram sem participação democrática.

Para o Sindicato, a postura da CLDF é alarmante, pois uma transação de alto risco está sendo aprovada sem o devido debate público. A Câmara abdica de seu papel constitucional de fiscalização, deixando de discutir uma operação que envolve patrimônio público e pode beneficiar interesses privados em detrimento da sociedade.

BRB TEM R\$ 2 BI PARA COMPRAR BANCO MASTER, MAS FALTA VERBA PARA SAÚDE DOS FUNCIONÁRIOS

Enquanto o BRB se prepara para desembolsar R\$ 2 bilhões na compra do Banco Master, os funcionários do banco enfrentam incertezas sobre o futuro da Saúde BRB, plano que atende mais de 9,5 mil pessoas, incluindo ativos, aposentados e dependentes. A contradição é evidente: há recursos para uma aquisição bilionária, mas não há garantias de que o

banco ampliará seu aporte para manter a sustentabilidade do plano de saúde, essencial para trabalhadores que lidam com um cenário de adoecimento crescente.

Atualmente, a Saúde BRB é financiada por contribuições de funcionários e aposentados, além de um repasse da ANEABRB (que cobre 25% a 30% das despesas) e uma contribuição

irrisória do BRB: apenas 5,5% da folha de pagamento (sendo 4% para assistência e 1,5% para administração). O Sindicato dos Bancários pressiona para que o banco aumente sua participação, já que, como instituição pública, tem responsabilidade sobre um benefício fundamental para a categoria.

A prioridade do governo e do BRB, no entanto, parece estar longe do

bem-estar dos trabalhadores. Enquanto a saúde dos funcionários sofre com subfinanciamento, o banco direciona bilhões para a compra de um banco privado, uma operação questionável, que pode servir mais a interesses de grupos econômicos do que aos cofres públicos. Se há dinheiro para uma aquisição arriscada, por que não há para garantir um plano de saúde digno?

SINDICATO COBRA CELERIDADE E AMPLIAÇÃO NAS CONTRATAÇÕES PELO BRB

O Banco de Brasília (BRB) anunciou, nesta semana, a convocação de mais 50 escriturários aprovados no concurso público realizado em 2022. A medida segue a convocação anterior, feita na última semana, de 50 analistas de TI oriundos do concurso de 2021. Embora reconheça esses avanços, o Sindicato dos Bancários de Brasília alerta: as contratações ainda são insuficientes diante da demanda crescente da instituição.

Para o Sindicato, cada nova convocação é resultado da luta constante em defesa dos concursados e da valorização do serviço público. No entanto, é preciso ir além. O BRB segue reconhecendo apenas as chamadas “vagas imediatas” e o cadastro reserva, o que exclui centenas de aprovados aptos a contribuir com o fortalecimento do banco. Ao todo, são 924 aprovados que aguardam a oportunidade de integrar os quadros da instituição.

A defasagem de pessoal impacta di-



retamente na qualidade do atendimento à população e nas condições de trabalho dos funcionários que já estão sobrecarregados. A realidade é que o BRB vem expandindo sua atuação – inclusive em âmbito nacional – e ampliando serviços e áreas de negócios. No entanto, o número de trabalhadores não acompanha esse crescimento. Isso não apenas compromete a eficiência do banco, como também revela uma contradição entre o discurso de expansão e a prática de contenção de pessoal.

Em um cenário em que os últimos relatórios do Dieese mostram redução no número de empregos no setor bancário, a contratação de novos trabalhadores no BRB é uma necessidade urgente e uma responsabilidade social. O Sindicato seguirá cobrando transparência, celeridade e compromisso da direção do banco, até que todos os aprovados sejam chamados e que o quadro funcional esteja à altura das necessidades do BRB e da população que dele depende.

ASSÉDIO MORAL

SINDICATO SEGUE NA LUTA PARA ACABAR COM ESSE MAL NOS LOCAIS DE TRABALHO

O Sindicato segue firme na luta contra o assédio moral no BRB, reafirmando seu compromisso com a defesa da saúde, da dignidade e dos direitos dos trabalhadores. A entidade reforça que os bancários e bancárias contam com um canal seguro para denunciar esse tipo de violência, com garantia de sigilo e suporte jurídico.

As denúncias recebidas têm sido todas encaminhadas e trata-

Para denunciar, acesse:
bancariosdf.avaluesistemas.com.br/assedio



das. No caso do BRB, as últimas reclamações recebidas foram levadas à Corregedoria do banco, em reunião em que os dirigentes sindicais destacaram a preocupação com a recorrência dos casos e cobraram providências imediatas para proteger os trabalhadores e garantir a apuração adequada. Parte dos relatos também foi encaminhada ao Ministério Público do Trabalho, como forma de ampliar

a vigilância e pressionar por medidas institucionais.

Além das ações institucionais, o Sindicato tem promovido mobilizações públicas para denunciar essas práticas. Um dos atos ocorreu em frente ao Palácio do Buriti, sede do Governo do Distrito Federal, onde a entidade cobrou ações mais firmes contra o assédio no ambiente de trabalho, com destaque para os casos que ocorrem no BRB.

